

Autorregulação da Aprendizagem na Educação Infantil: Resultados da aplicação de um Plano de Intervenção

*Maria Roberta Miranda Furtado*¹

*Maely Ferreira Holanda Ramos*²

*Eliene Baltazar Costa*³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender quais as contribuições da autorregulação da aprendizagem para o desenvolvimento cognitivo de crianças em idade pré-escolar por meio de jogos e brincadeiras. Trata-se de um estudo quanti-quali que apresenta a aplicação de um Plano de Intervenção em turmas da Educação Infantil, possuindo como objeto a Autorregulação da Aprendizagem. Aplicado em uma amostra de 120 crianças e 4 professoras, verificou-se a possibilidade de promover a autorregulação da aprendizagem por meio de brincadeiras e jogos e, posteriormente, foram analisadas quantitativamente as avaliações realizadas pelos professores quanto às respostas dos alunos após a intervenção. Os dados foram organizados em grupos indicando o que os alunos conseguiram realizar sem dificuldades, com dificuldade e o que não conseguiram desenvolver. A utilização de brincadeiras e jogos no Projeto foi imprescindível para a realização da pesquisa, os recursos promoveram grande envolvimento das crianças quanto a proposta do estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem autorregulada. Plano de intervenção. Educação Infantil.

¹ Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7395-5957>. E-mail: mariamiranda@ufpa.br

² Doutora em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6150-6345>. E-mail: maelyramos@hotmail.com.

³ Mestranda em Educação. Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2892-3416>. E-mail: alienec213@gmail.com.

Self-regulation of Learning in Early Childhood Education: Results of the application of an Intervention Plan

ABSTRACT

This article aims to understand the contributions of self-regulated learning to the cognitive development of preschool children through games and activities. This is a quanti-quali study that presents the application of an Intervention Plan in Kindergarten classes, having as object the Self-Regulation of Learning. Applied to a sample of 120 children and 4 teachers, the possibility of promoting self-regulation of learning through games and games was verified and, subsequently, the evaluations carried out by the teachers regarding the students' responses after the intervention were quantitatively analyzed. The data were organized into groups indicating what the students were able to do without difficulties, with difficulty and what they were unable to do. The use of games and games in the Project was essential for carrying out the research, the resources promoted a great involvement of the children regarding the study proposal.

KEYWORDS: Self-regulated learning. Intervention plan. Child education.

Autorregulación del Aprendizaje en Educación Infantil: Resultados de la aplicación de un Plan de Intervención

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender las contribuciones del aprendizaje autorregulado al desarrollo cognitivo de niños en edad preescolar a través de juegos y actividades. Se trata de un estudio cuantitativo que presenta la aplicación de un Plan de Intervención en las clases de Educación Infantil, teniendo como objeto la Autorregulación del Aprendizaje. Aplicado a una muestra de 120 niños y 4 docentes, se comprobó la posibilidad de promover la autorregulación del aprendizaje a través de juegos y juegos y, posteriormente, se analizaron cuantitativamente las valoraciones realizadas por los docentes respecto a las respuestas de los alumnos tras la intervención. Los datos fueron organizados en grupos indicando lo que los estudiantes pudieron hacer sin dificultad, con dificultad y lo que no pudieron hacer. El uso de juegos y

juegos en el Proyecto fue fundamental para la realización de la investigación, los recursos promovieron un gran involucramiento de los niños con respecto a la propuesta de estudio.

PALABRAS CLAVE: Aprendizaje autorregulado. Plan de intervención. Educación Infantil.

* * *

Introdução

Ao iniciar seus estudos acerca do comportamento e das influências que o meio social exerce sobre o indivíduo Albert Bandura (1986) conceituou alguns construtos como o da Autorregulação. Este construto caracteriza-se por ser autodiretivo e auxiliar o indivíduo a controlar e regular suas emoções, pensamentos e ações, intervindo diretamente na sua realidade. Sendo assim, a autorregulação trata-se de um processo consciente e voluntário, em que o próprio indivíduo gerencia seu comportamento, podendo contribuir com os acontecimentos de sua vida, interferindo no seu cotidiano e exercendo influências sobre ele (Bandura, 1986; 1991).

Nos últimos anos, a autorregulação tem sido pesquisada com mais frequência podendo ser inserida em vários contextos como a saúde, o esporte, bem como na educação (Pajares; Olaz, 2008). Neste cenário, denomina-se Autorregulação da Aprendizagem – ARA, a qual auxilia o estudante a desenvolver suas capacidades metacognitiva, comportamental e motivacional, apropriando-se de estratégias facilitadoras no processo de aprendizagem. Rosário (2014) acentua que a ARA se trata de um processo ativo, no qual os estudantes estabelecem seus objetivos, direcionando-os, de forma que tentam monitorar, regular e controlar sua cognição e seus comportamentos.

Além de ser um processo auto diretivo, ocorre de forma cíclica e interligada simultaneamente, incentivando os alunos a se manterem na natureza sequencial da aprendizagem, a ARA exige que os estudantes

planejem tarefas, estabeleçam estratégias, monitorem seu desempenho e a execução de suas atividades, fazendo com que o mesmo faça uma autorreflexão de seus métodos, acertos e erros, podendo utilizá-los para realizar ou melhorar novas atividades (Rosário; Núñez; González-Pianda, 2007; Boruchovitch, 2014; Piscalho; Veiga Simão, 2014).

Por se tratar de um processo proativo, o indivíduo possui competências suficientes para escolher e planejar suas estratégias, organizando e planejando sistematicamente seu comportamento e estruturando seu ambiente de aprendizagem (Ramdass; Zimmerman, 2011). Essa temática tem sido bastante utilizada por pesquisadores da Teoria Social Cognitiva que em suas investigações propõe estudos de intervenção, aplicando-os a públicos variados, como a Educação Infantil, Educação Básica, Superior e outras modalidades, surgindo assim novos modelos teóricos⁴.

No modelo de Rosário, o mais utilizado na Educação Infantil, existem três processos da ARA, a saber: as estratégias, a autoeficácia percebida e o comprometimento pessoal com as metas almeçadas. No que diz respeito as estratégias, os alunos relacionam a prática, a intencionalidade e compreendem os meios utilizados; a autoeficácia abarca as crenças que o indivíduo possui sobre si mesmo para organizar e executar determinadas tarefas; por fim, o comprometimento com os objetivos, variam de acordo com o decorrer do tempo e as demandas (Rosário; Polydoro, 2014).

Ao desenvolver o modelo PLEA, Pedro Rosário descreve a autorregulação como cíclica, pois utiliza seu feedback com o resultado anterior de seu desempenho, promovendo ajustes e melhoras para aprimorar sua performance adiante, possibilitando continuidade. O Modelo PLEA, está bem próximo ao modelo de Zimmerman (2000), porém recorre de maneira mais simplificada (Azzi; Polydoro, 2009), e está representado por três fases: (1) planificação; (2) execução; (3) avaliação (Rosário; Núñez; González-Pianda, 2007).

⁴ Nesse contexto têm-se o Modelo de Zimmerman, Modelo de Pintrich e Modelo de Rosário, por exemplo.

O modelo de Rosário propõe que o aluno ao realizar determinada tarefa planeje, execute e avalie seus resultados. A primeira fase do modelo PLEA refere-se à Planificação, que estabelece o planejamento do que, como e quando o aluno pretende fazer para alcançar seus objetivos; na segunda fase, a de Execução, o indivíduo colocará em prática seu planejamento e estratégias, monitorando suas atitudes e mantendo ou elevando suas crenças de eficácia; e na última fase, a de Avaliação, o estudante verifica se suas estratégias surtiram efeitos positivos ou negativos durante o percurso, alcançando os objetivos. Após esta avaliação, o estudante possui competências suficientes para aprimorar seus planos, estabelecendo novas metas para iniciar um novo ciclo da autorregulação da aprendizagem (Rosário; Núñez; González-Pienda, 2007).

O modelo PLEA pode ser mais acessível ao público infantil, a exemplo, nos últimos anos foram criados projetos e programas voltados para esse nível de ensino, como o Projeto Sarrilhos do Amarelo idealizado por Rosário, Núñez e González-Pienda (2007), voltado para o ensino de crianças de 5 a 10 ano de idade. Tratando-se de um projeto preventivo que objetiva a iniciação na cultura autorregulada de crianças na pré-escola, equipando-as estratégias de aprendizagem para que possam atingir seus objetivos melhorando assim seu desempenho e rendimento acadêmico, solidificando sua aprendizagem com qualidade e profundidade (Rosário; Núñez; González-Pienda, 2007).

Os autores ressaltam ainda, que no cenário infantil, a ARA torna-se um requisito essencial para o aprender, afirmando que crianças autorreguladas analisam e planejam a tarefa, escolhendo as estratégias que irão utilizar para executá-las. Por outro lado, elas não se isolam ou se intimidam com as atividades, pois procuram apoio para alcançar seus objetivos, caracterizando a busca por ajuda. Portanto, este estudo tem como objetivo compreender quais as contribuições do plano de intervenção para o desenvolvimento cognitivo das crianças em idade pré-escolar por meio de jogos e brincadeiras.

Metodologia

Este artigo é um estudo quanti-quali que apresenta a aplicação de um Plano de Intervenção em turmas de crianças da Educação Infantil, possuindo como objeto a Autorregulação da Aprendizagem em crianças pequenas. Aplicou-se o plano de intervenção numa amostra de crianças, visando verificar a possibilidade de promover a autorregulação da aprendizagem por meio de brincadeiras e jogos e posteriormente analisar quantitativamente avaliações realizadas pelos professores quanto às respostas dos alunos após a intervenção.

O estudo de intervenção, que pode ser entendido como um “tipo de pesquisa educacional no qual práticas de ensino inovadoras são planejadas, implementadas e avaliadas em seu propósito de maximizar as aprendizagens dos alunos que delas participam” (Damiani, 2012, p.2). Acredita-se que as intervenções realizadas no campo da educação, principalmente as que estão voltadas para o processo de desenvolvimento e aprendizagem possui grande potencial para desenvolver novos conhecimentos e práticas a serem realizadas nas atividades de classe (Damiani *et al.*, 2013).

O tipo de estudo de intervenção já vem sendo utilizado há algum tempo em outras áreas como a psicologia, medicina e na administração. No campo da educação ele é ainda pouco difundido, pesquisadores estranham a dificuldade em realizar estudos de intervenção nesta área, pois acreditam que o campo educacional é o mais favorável aos benefícios que os estudos desta natureza podem proporcionar (Rocha; Aguiar, 2003).

As pesquisas do tipo intervenção pedagógica são aplicadas, ou seja, “têm como finalidade contribuir para a solução de problemas práticos” (Damiani *et al.*, 2013, p.58). Este tipo de estudo, principalmente os voltados para as metodologias de ensino- aprendizagem, pode possibilitar novas formas de práticas pedagógicas, ou melhorar as já existentes, produzindo novos conhecimentos teóricos (Rocha; Aguiar, 2003, Damiani, 2012; Damiani *et al.*, 2013).

O termo intervenção pode ser mal compreendido no campo da educação “esse termo, relacionado à interferência, pode fazer com que seja, também, associado a autoritarismo, cerceamento” (Damiani et al., 2013, p. 58). Para desmistificar esse sentido pejorativo que muitos empregam ao termo intervenção, percebe-se a relevância de cada vez mais se desenvolver e incentivar pesquisas que envolvam estudos de intervenção no campo da educação, principalmente no que tange a prática pedagógica de professores que atuam na Educação infantil.

Pesquisadores como Ludke, Cruz e Boing (2009) apoiam a ideia de que professores da educação básica, no caso dessa pesquisa, da Educação Infantil, podem sim realizar pesquisas que possam produzir conhecimento no ambiente educacional por meio das intervenções em suas práticas escolares. Isso se dá porque por meio dos estudos de intervenção, o educador fica frente a frente à realidade de seus alunos, podendo assim fazer as adequações necessárias para que possa vir a ter êxito em um outro momento, tendo a oportunidade de sempre buscar a melhoria de suas práticas pedagógicas, beneficiando cada vez mais o processo de ensino aprendizagem das crianças pequenas (Rocha; Aguiar, 2003; Damiani, 2012, Damiani *et al.*, 2013).

Amostra

Trabalhou-se com uma amostra de 120 crianças e 4 professoras em 4 turmas de uma escola de Educação Infantil no município de Breves, Marajó, estado do Pará. A escolha desta escola considerou o critério de disponibilidade. Desta forma, utilizou-se o tipo de amostragem não probabilística e por conveniência.

Foram utilizados alguns critérios de inclusão para a definição dos participantes. No caso dos professores os critérios foram os seguintes: (a) ser professor da Educação Infantil em turmas com faixa etária entre 4 e 5 anos; (b) ser professor efetivo das instituições que estivessem com a turma desde o início do período letivo; (c) interesse e disponibilidade em participar da

pesquisa. Referente aos critérios de inclusão para alunos, os utilizados foram os seguintes: (a) fazer parte das respectivas turmas das escolas escolhidas; (b) e ser um aluno típico (não deficiente ou com transtornos).

O Plano de Intervenção

Para a construção fundamentou-se na Teoria Social Cognitiva (TSC) de Albert Bandura (1986), levando em consideração também o modelo Triádico do PLEA (planejar, executar, avaliar) de Rosário (2004).

Sequencialmente definiu-se as brincadeiras e jogos que seriam utilizadas. Após a escolha das atividades realizou-se dois testes com a proposta preliminar do Plano de Intervenção. A função dos juízes foi avaliar a relevância e aptidão de cada etapa do plano. Os dois testes foram importantes para refinar as propostas do Plano adequando melhor à Teoria, bem como à realidade dos participantes da pesquisa.

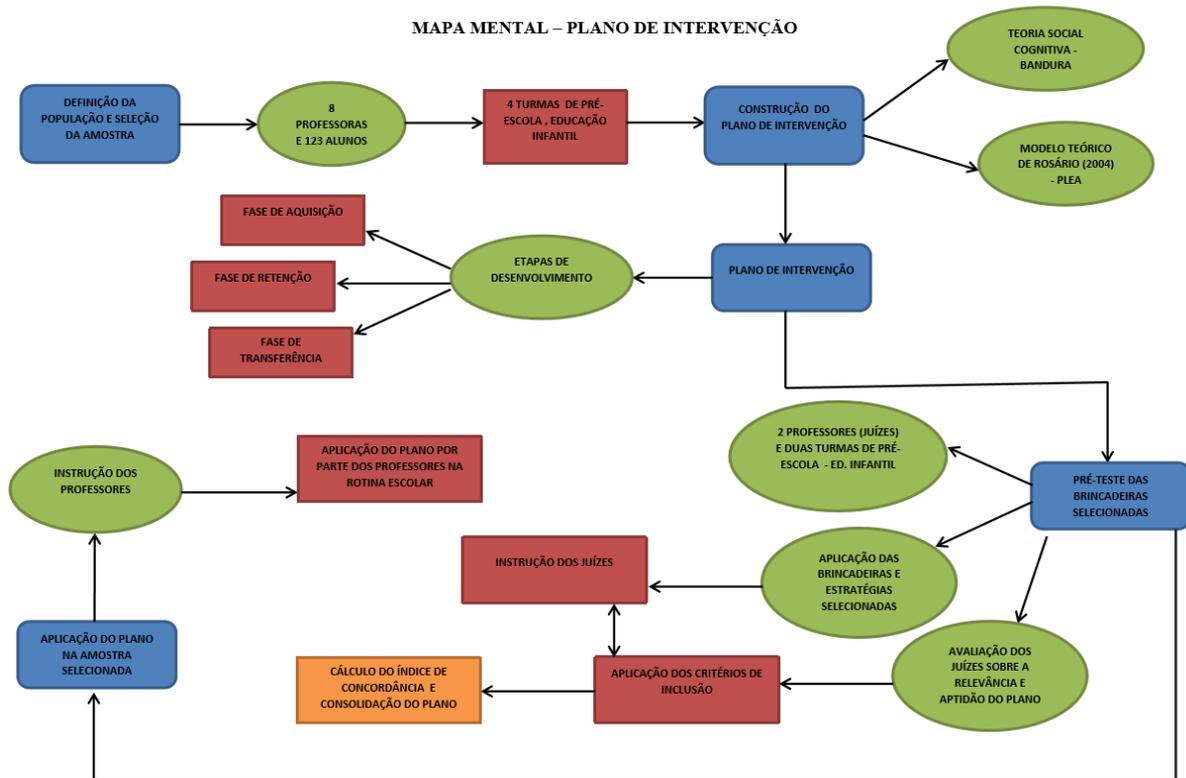
Após a realização dos devidos ajustes, foi realizada a aplicação do plano na amostra selecionada. As professoras envolvidas participaram de uma formação com duração de 2 horas sobre a autorregulação da aprendizagem e suas contribuições para os processos de ensino, também foram orientadas quanto aos usos de jogos e brincadeiras para o desenvolvimento de perfis autorregulatórios na Educação Infantil por meio de uma oficina lúdica. Após a formação solicitou-se que as docentes replicassem, em sala de aula, as estratégias indicadas na oficina lúdica que tomou por base o Modelo PLEA, buscando avaliar os possíveis efeitos nos desempenhos dos alunos.

Antes da realização de cada brincadeira ou jogo, realizou-se um planejamento com as crianças baseados no modelo PLEA (Rosário, 2007). Durante o desenvolvimento de toda proposta as professoras, junto com as crianças, tinham a oportunidade de planejar de que maneira iriam realizar cada atividade. As crianças tinham um tempo para pensarem em suas estratégias, tanto de maneira individual quanto de maneira em grupo. Ao final foram realizados momentos de autoavaliação.

No primeiro momento ocorreu a “montagem do cenário”, a fim de promover o envolvimento e motivação das crianças, delimitou-se no tempo e no espaço as atividades, sublinhando a sua singularidade. As crianças gostam de alguma solenidade e, sobretudo, de rotinas associadas às diferentes tarefas. No segundo, utilizou-se “organizadores prévios”, o qual é importante prever um organizador prévio sob a forma de contextualização das brincadeiras e jogos. Este breve resumo tem como finalidade centrar as crianças nas atividades que serão realizadas, preparando-as para cumprir todas as etapas propostas.

No terceiro momento foi realizada a “apresentação das brincadeiras e jogos”, no qual as crianças foram orientadas quanto à execução da atividade, suas regras, possibilidades e finalidades. Em seguida, a quarta ação houve a “exploração das brincadeiras e jogos”, antes de iniciar brincadeiras e jogos promoveu-se a reflexão, guardando um tempo para pensar e organizar as ideias apresentadas. Nas primeiras vezes, sobretudo com crianças menores, esta tarefa deve ser explicada e exemplificada pelo adulto. Já no quinto momento ocorreu a “avaliação”, após a realização de cada brincadeira e jogo foi realizada a avaliação, e reflexão, quanto à atividade realizada. O mapa mental abaixo indica o percurso da construção do Plano de Intervenção.

Figura 1: Mapa mental do percurso percorrido para o Plano de Intervenção



Fonte: Furtado (2018).

Coleta de dados

A Coleta de dados se deu de três maneiras, a saber: (1) levantamento do perfil autorregulatório dos alunos; (2) observação participante; (3) avaliação do desempenho discente. Inicialmente utilizou-se os dados alcançados por meio da aplicação da escala CHILD (Whitebread *et al.*, 2009), para construir o perfil dos alunos, tomando por base os parâmetros da autorregulação da aprendizagem.

A escala CHILD é comumente utilizada por profissionais da área da educação e saúde para avaliar habilidades cognitivas, linguísticas, motoras e sociais em crianças de diferentes faixas etárias. Por meio da observação do comportamento infantil em diversas situações, permite identificar possíveis atrasos no desenvolvimento e elaborar planos de intervenção personalizados para promover o bem-estar e o sucesso das crianças (Whitebread *et al.*, 2009).

A observação participante ocorreu durante a aplicação das estratégias autorregulatórias empregadas pelas professoras em suas turmas como resultado do Plano de intervenção em desenvolvimento. Considera-se que na observação participante o “pesquisador vivência pessoalmente o evento de sua análise para melhor entendê-lo, percebendo e agindo diligentemente de acordo com as suas interpretações daquele mundo” (Proença, 2007, p. 9). Foi utilizado um diário de campo para registrar os achados notados durante este processo.

Tomando por base o modelo PLEA, de Rosário (2014), criou-se, ainda, um instrumento que foi aplicado às professoras sobre a percepção das mesmas referente as crianças participantes. O instrumento denominado de Ficha de Avaliação das Competências, possui quatro questões, duas representando jogos e duas representando brincadeiras, das quatro atividades que foram realizadas. Com este, o professor indicou em que grau o (a) aluno (a) apresentou determinadas características típicas da autorregulação da aprendizagem, nas seguintes opções: (1) demonstrou, (2) não demonstrou e (3) demonstrou parcialmente. Como exemplo de algumas questões temos: jogo 1 (repetindo o modelo) – “planeja, executa e avalia”; jogo 2 (corrida dos desafios) – “capacidade de planejar”; brincadeira 1 (pensar antes) – “capacidade de falar sobre planos futuros”.

Este instrumento foi preenchido pelas professoras após aplicarem estratégias de ensino fundamentadas na autorregulação da aprendizagem a partir de brincadeiras e jogos sugeridas no Plano de Intervenção. Sendo assim, a coleta aconteceu após o Plano de Intervenção para avaliação dos efeitos das estratégias de ensino aplicadas.

Análise de dados

Os dados foram submetidos à estatística descritiva com medidas de tendência central (mediana, moda, máximo, mínimo, desvio padrão) que fornecem escores típicos representativos do conjunto e cálculos percentuais.

“Uma medida de tendência central de um conjunto de dados fornece uma indicação do escore típico deste conjunto” (Dancey, 2011, p. 58). Para tanto foi utilizado o software Statistical Package for the Social Sciences - SPSS, versão 20. Para a análise dos dados levantados na observação utilizou-se a análise de conteúdo para a categorização das informações coletadas.

Resultados e Discussão

Os quadros apresentados, a seguir, constituem a síntese dos comportamentos observados nos alunos durante o Plano de Intervenção. Os dados foram organizados em grupos indicando o que os alunos conseguiram realizar sem dificuldades, o que conseguiram executar com dificuldade e o que não conseguiram desenvolver. Em alguns momentos decidiu-se destacar ocorrências e ausências de determinados comportamentos esperados na faixa etária dos alunos participantes que, de alguma forma, foram significantes neste processo de observação.

Quadro 1 – Comportamentos apresentados na fase planejar.

PLANEJAR		
Conseguiram desenvolver sem dificuldade	Conseguiram desenvolver com dificuldade	Não conseguiram
Estabelecer objetivos	Criar planos estratégicos	Pensar no tempo necessário para a realização das atividades
Indicar recursos necessários	Indicar quem ficaria responsável para desenvolver cada tarefa	
Pensar a adequação do ambiente físico	Definir grupos de trabalho	
Buscar ajuda para o desenvolvimento do plano	Consenso na escolha das estratégias para a realização da tarefa	

Fonte: Furtado (2018)

No quadro 1, referente a fase de planejamento do modelo PLEA, ou seja, pensar antes de se executar a tarefa (Rosário, Núñez & González-Pienda,

2007), é possível perceber que as crianças participantes alcançaram alguns resultados importantes. Como se observa no item “conseguiram desenvolver sem dificuldade”, as crianças demonstraram um excelente desempenho sendo que conseguiram no momento do planejamento da tarefa traçar objetivos, metas e meios os quais seriam usados para o desenvolvimento das brincadeiras e jogos. As crianças conseguiram estabelecer objetivos, apontaram os recursos necessários para a execução das brincadeiras e jogos, como também conseguiram pensar na adequação do ambiente físico no qual seriam realizadas as tarefas, buscando sempre a ajuda de um mediador para o desenvolvimento do plano.

No item “conseguiram desenvolver com dificuldade”, nota-se uma certa dificuldade das crianças no que se refere ao trabalho realizado em grupo, como formular planos estratégicos, assim como possuíam limitações no momento da escolha de um representante do grupo para realizar a atividade, necessitando assim da intervenção de um adulto.

O trabalho em grupo se configura como uma importante dinâmica de atividade na Educação Infantil, pois por meio da mesma as crianças adquirem competências sociais e emocionais as quais lhe ajudam a manter boas relações interpessoais com seus colegas de turma, auxiliando-os assim a solucionar problemas, além de proporcionar aos mesmos seu crescimento e desenvolvimento pessoal (Piscalho; Veiga Simão, 2014).

Apresentaram também dificuldades no momento de constituir os grupos sendo que eles acabavam sempre organizando os mesmos entre meninos e meninas, ou seja, neste momento prevalecia o gênero de que cada criança fazia parte. Percebe-se nesta amostra, a dificuldade que os meninos e meninas, possuem em mesclar os grupos com os dois gêneros.

Ambos ainda possuem a ideia de que meninos brincam com meninos e meninas brincam com meninas, neste momento novamente houve a necessidade da intervenção de um mediador para que os grupos fossem compostos por ambos os gêneros. Os jogos e brincadeiras quando usados na rotina da Educação Infantil podem se tornar importantes aliados para

desmistificar as questões de gênero que ainda se fazem presente no ambiente escolar, “uma das possibilidades das brincadeiras na educação infantil é dar visibilidade às relações de gênero que são construídas histórica e culturalmente nos mais variados espaços sociais” (Pereira; Oliveira, 2016, pg. 273).

As crianças também procuraram ajuda do mediador para a escolha das estratégias e para a realização das brincadeiras e jogos, sendo que as mesmas, em alguns momentos, não conseguiam chegar a um consenso. Como limitação maior é possível perceber no item “não conseguiram”, que as crianças ainda não possuem o domínio do controle do tempo, não levando assim o mesmo em consideração ao planejar a atividade.

Quadro 2 - Comportamentos apresentados na fase executar.

EXECUTAR			
Conseguiram desenvolver sem dificuldade	Conseguiram desenvolver com dificuldade	Não aconteceu	Aconteceu
Iniciativa no desenvolvimento da tarefa	Organização para a realização das tarefas	Insistir no erro	Distrair-se com o ambiente
Utilização dos recursos escolhidos	Demonstrar segurança na execução	Interromper a tarefa	Demonstrar satisfação
Uso do tempo	Concordar em iniciar ou prosseguir atividade	Demonstrar cansaço	Demonstrar timidez
Busca de auxílio para a execução da tarefa	Colocar em prática o plano	Iniciar assunto impertinente	
Reconhecer dificuldade			
Demonstrar cooperatividade			
Demonstrar disposição			
Saber ouvir as instruções			
Obedecer ao mediador			

Fonte: Furtado (2018)

O quadro 2 mostra a fase de execução do modelo PLEA, a qual refere-se ao fato de pensar durante a realização da tarefa, ou seja, organizar um conjunto de estratégias para colocar em prática o plano estabelecido (Rosário; Núñez; González-Pienda, 2007). Nesta fase as crianças “conseguiram desenvolver sem dificuldade” alguns aspectos, como por exemplo, não tiveram problemas quanto a questão de recorrer ao mediador quando necessitaram de ajuda ou possuíam alguma dúvida, ouvindo as devidas instruções referentes a determinada tarefa, demonstrando assim facilidade em obedecer ao mediador. Nesta fase as crianças conseguiram demonstrar cooperatividade, disposição, e atenção quanto as regras dispostas para a realização de cada atividade.

No item “conseguiram desenvolver com dificuldade”, algumas crianças demonstraram uma certa dificuldade em relação a organização e realização das tarefas quanto as ações individuais, mostrando assim um nível de dependência das orientações de um mediador. Os mediadores possuem um importante papel no cenário da Educação Infantil, sendo que “nos primeiros anos são as pessoas que ajudam as crianças a construir as pontes de entendimento entre suas experiências individuais e os conhecimentos mais formais sobre o mundo” (Bezzera, 2011, pg. 5).

Algumas crianças demonstraram uma certa dificuldade no que diz respeito a organização para realização da tarefa, assim como também não demonstraram total segurança no momento da execução dela. Em alguns momentos da realização das brincadeiras e jogos tinham dificuldade em concordar entre si, sobre o momento em deviam iniciar ou prosseguir a atividade, e em relação ao momento de aplicar o plano em prática.

No item “não aconteceu”, nota-se que as crianças não tiveram comportamentos em que demonstrassem cansaço, erros frequentes, levantamentos de assuntos não pertinentes a atividade, como também não insistiram em erros no decorrer da realização da atividade. Isso se pode ser justificado pelo fato de que se trata da realização de brincadeiras e jogos, ou

seja, as atividades realizadas eram do interesse das crianças, sendo que quando a criança está envolta de atividades lúdicas ela se sente muito mais à vontade e satisfeita (Friedmann, 2012).

Algumas crianças tiveram momentos de distração em relação ao ambiente no qual a tarefa estava sendo realizada, ocorreu também comportamentos de timidez da parte de algumas crianças, assim como momentos em que demonstraram satisfação ao realizar a tarefa, como pode ser percebido no item “aconteceu” do quadro acima.

Quadro 3 - Comportamentos apresentados na fase avaliar.

AVALIAR			
Conseguiram desenvolver sem dificuldade	Conseguiram desenvolver com dificuldade	Não aconteceu	Aconteceu
Avaliar o próprio desempenho na tarefa	Avaliar a execução do plano Revisar as atividades realizadas Corrigir-se espontaneamente	Reconhecer dificuldades Solicitar feedback sobre seu desempenho Demonstrar insatisfação	Avaliar incorretamente o desempenho Exibir fragilidade emocional

Fonte: Furtado (2018)

O quadro 3, trata-se da fase de avaliação do modelo, fase que consiste em julgar, ao final de uma tarefa, se os meios utilizados durante a execução da tarefa foram satisfatórios para o alcance das metas estabelecidas, ou seja, o pensar depois (Rosário, Núñez; González-Pienda, 2007). As crianças demonstraram capacidade de realizar a avaliação de suas ações durante as atividades, como podemos perceber no item “conseguiram desenvolver sem dificuldade”.

No entanto, no item “conseguiram desenvolver com dificuldade” algumas crianças apresentaram em seu comportamento dificuldades em relação a avaliar a execução do plano, revisar atividades realizadas, assim como também não conseguiram corrigir seus erros de maneira espontânea. No item

“não aconteceu”, não foi registrada nenhum tipo de dificuldade ou necessidade de feedback da parte das crianças no momento de avaliar as suas ações na atividade desenvolvida, assim como também não houve demonstração de insatisfação da parte dos pequenos.

Já no item “aconteceu”, algumas crianças em determinados momentos apresentaram dificuldade ao avaliar, demonstrando assim uma avaliação incorreta de seu desempenho. Outro ponto presente neste item foi a existência de comportamentos que indicaram uma certa fragilidade emocional de algumas crianças ao avaliar os meios para a realização de determinada atividade.

Diante desta informação, percebe-se que ao buscar o saber, surge a compreensão de como deve-se alcançar motivações para uma aprendizagem significativa, percebida por meio da metacognição, “é um processo de interação, em que os elementos principais são seus próprios processos de aprendizagem que basta o contato com a informação sem a necessidade de interagir com ela.” (Fonseca, 2008, pg. 145).

Trata-se da tomada de consciência de si próprio, onde o indivíduo passa a ter o conhecimento do seu próprio processo de aprender (Beber et al., 2014). No caminho que se percorre para construção de um saber válido e eficaz é importante contar com novas técnicas ou instrumentos, os quais podem trazer inúmeros benefícios para o processo de aprendizagem e desenvolvimento. No caso da autorregulação da aprendizagem, mas especificamente na Educação Infantil, um importante aliado neste aspecto pode ser a lista CHILD pois espera-se “que este instrumento dê apoio à prática pedagógica estimule uma atitude reflexiva, ativa, conjunta e construtiva dos profissionais de educação” (Piscalho; Veiga Simão, 2014, pg. 186).

Sendo que serão eles, os educadores, os responsáveis por oportunizar e organizar ambientes favoráveis à aprendizagem, eles que poderão proporcionar às crianças vivências que permitam a construção de “conhecimentos e mobilizar recursos para aprenderem a autonomizar e

autorregular as suas aprendizagens a fim de as transferirem e aplicarem na sua futura atividade” (Piscalho; Veiga Simão, 2014, pg. 186).

Avaliação de desempenho após o Plano de Intervenção

Após a realização do Plano de Intervenção foram distribuídas fichas de avaliação de desempenho para que as professoras indicassem a evolução, ou não, dos alunos a partir dos estímulos recebidos com as estratégias adotadas. O desempenho das crianças nos jogos e brincadeiras foi avaliado tomando por base a autorregulação da aprendizagem por meio do modelo PLEA, onde foram considerados os seguintes itens: (1) planeja, executa e avalia – para avaliar o conjunto de atitudes do modelo PLEA; (2) – capacidade de planejar e de falar sobre planos futuros – para avaliar os aspectos autorregulatórios que na sondagem inicial foram os mais fracos neste grupo de alunos e para verificar se por meio de brincadeiras e jogos foi possível potencializar estes aspectos.

O Quadro 4 apresenta os percentuais de incidência da capacidade de planejar, executar e avaliar por brincadeiras e jogos, seguindo o processo cíclico presente no modelo PLEA, de Rosário (2007).

Quadro 4 – Percentuais de incidência das atitudes de Planejar, Executar e Avaliar

	Jogo 1	Jogo 2	Brincadeira 1	Brincadeira 2
	%	%	%	%
Demonstrou	79,2	75,0	64,2	70,8
Não demonstrou	5,0	2,5	5,8	4,2
Demonstrou parcialmente	15,8	22,5	30,0	25,0
TOTAL*	100,0	100,0	100,0	100,0

*frequência 120 crianças

Fonte: Furtado (2018)

Os dados apresentados no quadro acima indicam a percepção das professoras levando em consideração os itens presentes na ficha de avaliação a qual foi preenchida por elas ao final da realização dos jogos e brincadeiras. Notou-se que em todas as brincadeiras e jogos os percentuais de ocorrência foram superiores a 64% no item “demonstrou”. Isto indica que tanto nos jogos quanto nas brincadeiras, as professoras manifestaram que os alunos demonstraram os três aspectos autorregulatórios do modelo PLEA, planejamento, execução e avaliação.

As brincadeiras e jogos se configuram como importantes ferramentas para o desenvolvimento das crianças no que tange ao perfil autorregulatório (Rosário, 2007). Isso se dá pelo fato de que o jogo e a brincadeira são entendidos como um comportamento livre, o qual beneficia a construção da inteligência, facilitando nos estudos, bem como a autorregulação da aprendizagem na Educação Infantil. Isto sugere que estratégias lúdicas podem ser eficientes para o desenvolvimento da autorregulação neste nível de ensino o que pode favorecer, conseqüentemente, o melhor desempenho discente segundo Rosário “os alunos auto-reguladores do seu processo de aprender apresentam resultados escolares proficientes” (Rosário, 2007, pg. 282).

Kishimoto (2011) diz que o jogo infantil, quando atende as necessidades infantis, se torna ferramenta para a aprendizagem dos conteúdos escolares. Assim como os aspectos autorregulatórios, que se apresentados a criança desde o início de sua vida escolar, trarão importantes contribuições no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento. A autorregulação da aprendizagem da criança ainda na Educação Infantil, tende a contribuir de forma significativa para que ela alcance sua autonomia educativa, garantindo assim seu sucesso escolar ao decorrer de toda sua vida acadêmica. (Rosário, 2007; Rosário; Núñez; González-Pienda, 2007, Boruchovitch, 2014).

Analisou-se, ainda, a percepção das docentes sobre as capacidades de planejar e de falar sobre planos futuros dos seus alunos após o Plano de Intervenção. Tais resultados podem ser visualizados no quadro 5.

Quadro 5 - Percentuais de incidências das capacidades de planejar e de falar sobre planos futuros

	Jogo 1		Jogo 2		Brincadeira 1		Brincadeira 2	
	CP*	CFPF**	CP*	CFPF**	CP*	CFPF**	CP*	CFPF**
Demonstrou	84,2	81,7	78,3	75,0	67,5	74,2	80,0	77,5
Não demonstrou	5,0	4,2	2,5	3,3	5,8	5,8	5,0	3,3
Demonstrou parcialmente	10,8	14,2	19,2	21,7	26,7	20,0	15,0	19,2
TOTAL***	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

* - Capacidade de planejar

** - Capacidade de falar sobre planos futuros

*** 120 crianças

Fonte: Furtado (2018)

Após a aplicação da escala CHILD, dois aspectos foram identificados como os dois aspectos mais fracos nos alunos, os quais são: “capacidade de planejar” e “capacidade de falar sobre planos futuros”. Partindo dessa realidade, criou-se um Plano de Intervenção com jogos e brincadeiras que tinham como principal objetivo potencializar tais aspectos nas mesmas. O quadro 5 mostra os resultados após a aplicação do Plano de intervenção, no qual podemos perceber que houve um grande avanço em relação aos aspectos considerados fracos nas crianças, segundo avaliação feita pelas professoras envolvidas na pesquisa.

Após a aplicação do Plano de Intervenção, as crianças demonstraram “capacidade de planejar” 84,2% no primeiro jogo e 78,3% no segundo jogo. Na primeira brincadeira 67,5% das crianças também demonstraram tal capacidade e na segunda brincadeira 80%.

No que se refere ao aspecto “capacidade de falar sobre planos futuros”, 81,7% dos alunos apresentaram esta capacidade no primeiro jogo enquanto no segundo jogo totalizou-se 75%. Na primeira brincadeira alcançou-se 74,2% de ocorrência desta capacidade e na segunda brincadeira 77,5%. Percebe-se por meio desses dados que em todos os jogos e brincadeiras aplicadas, as

professoras conseguiram identificar que os alunos demonstraram uma melhora significativa das capacidades que antes eram percebidas pelas docentes como fracas.

Isso sugere que os jogos e brincadeiras, se trabalhados de maneira correta, também podem ser eficazes na recuperação e fortalecimentos de aspectos frágeis no que se trata da autorregulação da aprendizagem, proporcionando vivências de aprendizagens “que envolvam agência, trabalho autônomo, motivação intrínseca, e estratégia de ação” (Rosário, 2007, pg. 282). Nota-se também que com essas técnicas é possível sim desenvolver nos alunos de Educação Infantil a autorregulação da aprendizagem, o que corrobora com o apontamento de Rosário (2007) que nos mostra que “investigações recentes aportaram evidências de que as crianças mais pequenas conseguem regular o seu envolvimento nas tarefas de aprendizagem” (pg. 283).

Conclusão

O estudo desenvolvido apresentou grande valia para o campo educacional, visto que atendeu aos objetivos propostos demonstrando a relevância de aplicar-se um Projeto de intervenção na Educação Infantil. Ao utilizar este tipo de pesquisa percebeu-se que o pesquisador pôde vivenciar suas próprias propostas dando-lhe mais segurança ao apontar os fatos, além de passar segurança aos participantes por meio de suas práticas.

A utilização de brincadeiras e jogos dentro do Projeto de intervenção também foi de suma importância para a realização da pesquisa, visto que estes recursos promoveram grande envolvimento das crianças quanto a proposta do estudo e contribuíram para questões de interação de grupos e até questões de gênero que foram levantadas ao decorrer das atividades.

Além disso, a partir dos resultados, foi notório o desenvolvimento dos participantes quando se trata da autorregulação, crianças que antes apresentavam dificuldades na capacidade de planejar tarefas ou cursos de

ação e falar sobre planos futuros, demonstraram grandes avanços após a aplicação do Plano de intervenção segundo o que foi apontado pelas professoras.

Também foi possível perceber que a maioria das crianças envolvidas apresentaram um desempenho admirável quanto a capacidade de estabelecer objetivos e pensar sobre a adequação do plano para a execução das tarefas propostas, isso mostra que as crianças podem desenvolver autonomia para o planejamento de tarefas.

No que tange a execução das tarefas, as crianças apresentaram grande envolvimento por meio da disposição, atenção e interesse que pode ser relacionado com o tipo de atividade com caráter lúdico, no qual despertou interesse e sensação de satisfação em grande parte dos participantes. Apesar das crianças demonstrarem grande autonomia, nesta etapa em especial a presença do professor como mediador foi de suma importância para direcionar as tarefas, mostrando que o papel do professor é fundamental no processo de aprendizagem de um indivíduo.

Por meio da etapa de avaliação, foi possível identificar que as crianças apresentaram certa dificuldade na realização da avaliação do plano executado além de não conseguirem corrigir os erros cometidos durante o desenvolvimento das tarefas, isso demonstra que esses aspectos devem ser mais trabalhados nesta amostra para que alcance êxito em uma possível reavaliação. Com isso, percebe-se a real importância de abordar aspectos autorregulatórios em crianças desde o começo de sua trajetória no ambiente escolar visando uma maior eficácia no seu processo de aprendizagem e desenvolvimento como ser agêntico.

Para contribuir neste campo, sugere-se que outras pesquisas abordem a autorregulação nas outras etapas da Educação Básica, além de executarem Planos de intervenção para que possam promover a mudança em determinado contexto. Sugere-se ainda que outros estudos sobre o tema, explorem a utilização de jogos e brincadeiras visto que esses recursos podem despertar maior interesse e vontade de participação dos indivíduos, principalmente

quando se trata de crianças. Por fim, vale ressaltar que é importante a ampliação de estudos e publicações que sejam baseados na Teoria Social Cognitiva para que ela seja conhecida por diversas áreas.

Referências

- BANDURA, A. *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1986.
- BANDURA, A. Self-regulation of motivation through anticipatory and self-reactive mechanisms. In: Dienstbier, R.A. (Ed.) *Perspectives on motivation: Nebraska symposium on motivation*. Lincoln, University of Nebraska Press, vol. 38, p. 69-164, 1991.
- BEBER et al., Metacognição como Processo de Aprendizagem. *Rev. Psicopedagogia*. vol. 31 n. 95, São Paulo, 2014.
- BEZERRA, J. *A importância da Intervenção do Professor nas Brincadeiras das Crianças da Creche*. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Guarariba: UEPB, 2011.
- BORUCHOVITCH, E. Autorregulação da aprendizagem: contribuições da psicologia educacional para a formação de professores. *Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, SP. v. 18, Número 3, set/dez, 2014.
- DAMIANI, M. F. et al. Sobre pesquisas do tipo intervenção. *Encontro Nacional De Didática E Práticas De Ensino*, v. 16, p. 2882-2890, 2012.
- DAMIANI, M. F. et al. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. *Cadernos de educação*, n. 45, p. 57-67, 2013.
- DANCEY, C. P. *Statistics without Maths for Psychology*. 5. ed. Harlow: Pearson, 2011.
- FONSECA, V. *Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRIEDMANN, A. *O brincar na educação Infantil: observação, adequação e inclusão*/Adriana Friedmann. – 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012.
- KISHIMOTO, T. M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. São Paulo: Cortez, 2011.
- LUDKE, M.; CRUZ, G. B.; BOING, L. A. A pesquisa do professor da educação básica em questão. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, p. 456-468, 2009.

- PAJARES, F., OLAZ; F. Teoria social cognitiva e auto-eficácia: uma visão geral. Em: Bandura, A.; Azzi, R.; Polydoro, S. A. J. (Orgs) *Teoria social cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Editora Artmed, p. 97-114, 2008.
- POLYDORO, S. A. J., AZZI, R. G. Autorregulação da aprendizagem na perspectiva da teoria sociocognitiva: introduzindo modelos de investigação e intervenção. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 29, p. 75-94, 2009.
- PEREIRA, A. S.; OLIVEIRA, E. M. B. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 273-288, jan./abr, 2016.
- PISCALHO, I., VEIGA SIMÃO, A. M. Promover competências autorregulatórias da Aprendizagem nas crianças dos 5 aos 7 anos –Perspectivas de investigadores e docentes. *Interações*. n. 30, p. 72-109, 2014.
- PROENÇA, W. L. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. *Revista Aulas*, Organização: Karina K. Bellotti e Mairon Escorsi Valério. Dossiê Religião n.4, abr-jul, 2007.
- RAMDASS, D., & ZIMMERMAN, B. J. Developing self-regulation skills: The important role of homework. *Journal of Advanced Academics*, 22, p. 194–218, 2011.
- ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 23, p. 64-73, 2003.
- ROSÁRIO, P. S. *PLEA*: um modelo auto-regulatório para aprender. PS Rosário, p. 81-84, 2004.
- ROSÁRIO, P. et al. De pequenino é que se auto-regula o destino. Educação: *Temas e Problemas*, n.2, v.4, p.281-293, 2007.
- ROSÁRIO, P. *Capitanear o aprender*: promoção da autorregulação da aprendizagem no contexto educativo. Pedro Rosário, Soely A. J. Polydoro. São Paulo: Casa do Psicólogo, v.3, Teoria Social Cognitiva em contexto educativo, 64p, 2014.
- ROSÁRIO, P.; PÉREZ, J.; GONZÁLEZ-PIENDA, J. *Auto-regulação em crianças sub-10*. Projecto Sarilhos do Amarelo. Porto: Porto Editora, 2007.
- WHITEBREAD, D. et al. The development of two observational tools for assessing metacognition and self-regulated learning in young children. *Metacognition and learning*, v. 4, p. 63-85, 2009.
- ZIMMERMAN, B. J. Self-efficacy: An essential motive to learn. *Contemporary Educational Psychology*, vol. 25, pp. 82-91, 2000.

Recebido em setembro de 2023.

Aprovado em abril de 2024.